Página 6

Política

CONSTITUINTE

AZETA MERCANTIL - Sábado, 25, e segunda-feira, 27 de julho de 1987

Acos relammadof, de baixo médio e alto teor de
carbono Centro de Serviços de Aco Te/c» iOn JJ

ÊÊMVlange/s

No dia 12 de agosto,
a entrega conjunta
das emendas populares

0 PMDB debate critérios para definição da empresa nacional
.. r-

i >

por Thals Basto*
de Brasilia

No dia 12 de agosto próxi-
mo, um ato público com a
presença de representan-
tes de sessenta entidades
de setores diversos marca-

rá a entrega de quarenta
emendas populares ao pre-
sidente da Constituinte,
Ulysses Guimarães. Elas
pedem — algumas já com 1
milhão de assinaturas cole-

tadas — educação e saúde
gratuitas a toda a popula-
ção, direitos aos trabalha-
dores garantidos pela
Constituição, como estabi-
lidade do emprego, jornada
de 40 horas e direito de gre-
ve, direito ao índios sobre
suas reservas, monopólio
estatal para o petróleo e co-
municações, entre outras.
As sessenta entidades in-

tegram a articulação na-
cional pela mobilização po-
pular na Constituinte, coor-
denada pelas centrais sin-
dicais CUT e CGT, Confe-
deração Nacional dos Tra-
balhadores na Agricultura
(Contag), Associação Na-

cional dos Docentes de En-

sino Superior (ANDES) e
Conselho Nacional de Asso-

ciações de Moradores, que
vêm recolhendo assinatu-

ras às emendas populares
desde início de junho em to-
do o País.

Segundo informações do
secretário de política sindi-
cal da CUT , De-
íúbio Soares de Castro, que
representou a entidade no
encontro de avaliação das
emendas, as caravanas
que se deslocarão a
Brasília para a entrega das
emendas à Constituinte de-
verão ter reduzido número

de pessoas. Ele lembrou
que, como o dia 12 é data da
greve geral, deslanchada
pela CUT e outras entida-
des, "é melhor manter nos
estados a maior mobiliza-

ção possível".
A data de maior concen-

tração de trabalhadores
em Brasília deverá ser, se-
gundo adiantou, no período
de votação do projeto final
da Constituição pelo plená-
rio constituinte.

Apoio de 47 integrantes
da comissão é decisivo
Quem conseguir o apoio
de 47 dos 93 membros da
Comissão de Sistematiza-
do terá a garantia de que
suas propostas estarão in-
cluídas no projeto que o re-
lator, deputado Bernardo
Cabral, apresentará em 17
de setembro. O próprio Ca-
bral já se comprometeu a
acatar as teses que lhe fo-
rem encaminhadas com es-
te aval, segundo informa a
agência Globo.
O número não é fácil de
se conseguir, mas o grupo
de parlamentares "moder-
nos*' do PFL, que se vem
reunindo com parcela do

PMDB ligada ao líder Má-
rio Covas para elaborar um
anteprojeto de Constitui-
ção, tem esperanças de
chegar lá. Até o momento,
cerca de 35 membros da
Sistematização estariam
envolvidos no trabalho.
Para viabilizar o consu-

mo, o grupo interpartidário
decidiu deixar de fora das
discussões o sistema de go-
verno e a duração do man-
dato do presidente Sarney.
Estuda agora fórmulas de
conciliação para os temas
polêmicos, como reforma
agrária, conceito de em-
presa nacional, anistia e
comunicação.

por Francisco Stella Fogo
de Brasilia

Parte dos constituintes
da chamada ala progres-
sista do PMDB estuda fór-
mula de definição de em-
presa nacional que adote
como critério a remessa de
lucros para o exterior. "O
principal constrangimento
da economia brasileira de-
corre dos compromissos
externos", argumenta o de-
putado Firgildasio de Sen-
na (PMDB-BA), que foi re-
lator da Subcomissão de
Princípios Gerais da Or-
dem Econômica da Consti-
tuinte e tem sistematica-
mente discutido a questão
do capital estrangeiro com
constituintes de diversos
partidos em busca de posi-
ções de conciliação.

O constrangimento, se-
gundo Senna, agrava-se
com a remessa de lucros
para o exterior. Seria, por-
tanto, razoável que somen-
te as empresas que não re-
metem lucros para o exte-
rior fossem consideradas
nacionais e somente elas ti-
vessem acesso a créditos
subsidiados, incentivos fis-
cais e vantagens de merca-
do.

Mas a discriminação do
tratamento entre empresas
nacionais e controladas por
capital estrangeiro pode
produzir uma grande con-
fusão na economia brasilei-
ra, avalia o presidente da
Câmara Americana de Co-

mércio, Christopher Lund,
Nem propriamente a dis-
criminação, mas a mera
perspectiva de mudanças
nas regras do jogo, segun-
do Lun, tem o efeito de de-
sestimular o investimento
estrangeiro no Brasil, e,
portanto, inibir o cresci-
mento econômico.

Lund acredita que a evo-
lução das propostas (sobre
o capital estrangeiro na

Cabral se acha atingido

li

O relator da Comissão do
Sist«matizocoo, Bornardo Ca-
bral, recebeu como uma espe
cio do "moção do desconfian
a iniciativa do deputado
Ivaro Valia (PL-RJ), do apre-
sentar o Constituinte uma pro-
posta do alteração ao Regi-
monto Intorno. Como o Regl-
monto proíba a opresontoção
do «mandas substitutivas (qut>
substituam inlogrolmonla o
toxto do proioto apretentacfe
polo relator), Álvaro Volte
qoor acabar com a proibi-
ção.
A proposta diz o soguinto:
"So foram apresentadas
•mondas que substituam inte-
gratmonto o toxto do proioto,
ou ao substitutivo da Comis-
são ao Sistematizoção, algum
do seus títulos ou capítulos,
elas terão preferencia para
votação, devendo ser subscri-
tas pelo menos por 188 consti-
tuintes".
A emenda diz ainda que, se

aprovada alguma emenda
substitutiva dessa natureza, o
texto «mondado do proioto ou
substitutivo, ficara pro|udica-
do.
Bernardo Cabral leu, não
gostou o disse â EBN que uma
eventual mudança do Regi-
mento Interno, nesses termos,
praticamente eqüivaleria a
considerar o relator inapto pa-
ra o seu trabalho preclpuo,
que * o de redigir o apresen-
tar o proioto ou substituti-
vo.

O relator afirmou que, por is-
so mesmo, não concorda com
aldeia.
Mas segundo Valia, que
apresentou o proioto de reso-
lução com 96 assinaturas, sua
proposta irá ã mesa para re-
ceber parecer «, dentro do um
mes devo Ir a plenário, para
ser votado, quando, segundo
ele, obterá facilmente a maio-
ria exigida de 280 votos.
De acordo com o deputado,

pelo Regimento atual os cons-
tituintes são obrigados a votar
o proioto Bernardo. Cabral,
apenas com emendas o alguns
do seus artigos. "Ora", asse
ele, "não fomos eleitos consti-
tuintes apenas para emendar
o proioto Bornardo Cabral,
mas para darmos uma boa
Constituição ao Pais".
Acrescentou que não falta
talento nem competência ao
relator para apresentar um
bom substitutivo. Mas, so por
suposição, o substitutivo fosse
tão ruim quanto o proioto
atual, "impossível de ser
•mondado", na sua opinião,
estaria decretado a crise insti-
tucional brasileira, "porque
simplesmente não podería-
mos fazer uma Constituição
para o Pais".
Valia afirmou, a propósito,
que nenhum regimento em
nenhuma parlamento do mun-
do impede a apresentação do
substitutivos.

Constituinte) foi positiva
até agora. Mas o critério
adotado no anteprojeto em
discussão no plenário sobre
a definição de empresa na-
cional ainda é muito discri-
minatório.

O anteprojeto considera
empresa nacional "a pes-
soa jurídica constituída e
com sede no País, cujo con-
trole decisório e de capital
esteja, em caráter perma-
nente, exclusivo e incondi-
cional, sob a titularidade
direta ou indireta de pes-
soas domiciliadas no País,
ou por entidades de direito
público interno".
O critério tem fortes opo-
sitores na Constituinte, en-
tre eles os deputados Fran-
cisco Dornelles (PFL-RJ),
Delfim Netto (PDS-SP) e
Guilherme Afif Domingos

(PL-SP). Dornelles, que
participou de diversos
acordos internacionais con-

tra a tributação, está con-
vencido de que o conceito
demais restrito de empresa
nacional poderá ter efeito
contrário ao desejado por
seus formuladores.

"Se as empresas instala-
das no Brasil não forem
consideradas nacionais, es-
tarão automaticamente
ampliadas suas conexões
com os países que sediam
as controladoras", argu-
menta Dornelles. Em con-
seqüência, os demais
países ampliarão seu poder
econômico sobre as subsi-
diárias instaladas no Bra-
sil.
Dornelles se ateve tam-
bém a outro problema de-
corrente da definição res-

tritiva. Subsidiárias de em-
presas norte-americanas
que não forem considera-
das nacionais no Brasil se-
rão atingidas pela tributa-
ção dos Estados Unidos.
Pela legislação americana,
argumenta o deputado, so-
mente as empresas consi-
deradas nacionais nos
países em que estão insta-
ladas têm o benefício fiscal
de só pagar o Imposto de
Renda sobre os lucros dis-
tribuídos sob a forma de di-
videndos. Caso contrário,
são obrigadas a pagar o im-
posto sobre o lucro total, no
momento em que incorri-
do. Também ?.s leis alemã
e francesa prevêem trata-
mento mais oneroso para
os lucros remetidos por
subsidiárias consideradas
brasileiras.

Na avaliação do advoga-
do Altamiro Boscoli, do es-
critório Demarest e Almei-
da, especializado em inves-
timentos estrangeiros, o
critério adotado pelo ante-
projeto poderia produzir
suas conseqüências ime-
diatas: as empresas insta-
ladas no Brasil revertam
imediatamente os seus in-
vestimentos no Brasil ou
tentariam, imediatamente,
pressionar os parlamenta-
res de seus países de ori-
gem para alterar a legisla-
ção tributária.
O auditor Luís Antônio
Pinheiro Passos, sócio da
Arthur Andersen, acredita
que a definição de empresa
nacional que exija o contro-
le acionário em mãos de
pessoas físicas residentes
no Brasil inviabiliza os in-
vestimentos estrangeiros
no País. Se as empresas ti-
verem os seus lucros inte-
gralmente tributados nos
países de origem, não rein-
vestirão no Brasil, depois
de já terem arcado com o
Imposto de Renda.
Mais cautelosa, a advo-
gada e auditora, Ruthinea
Navarro Guerreiro, sócia
da Price Waterhouse, pon-
dera que os efeitos concre-
tos da definição de empre-
sa nacional dependerão de
a legislação ordinária esta-
belecer os reais limites do
capital estrangeiro no Bra-
sil, como faz hoje, por
exemplo, a lei de remessa
de lucros, Lei o? 4.131/64.
Em sua opinião, porém, a
definição de empresa na-
cional não deve figurar no
texto constitucional.

O jurista Eros Grau, pro-
fessor da Faculdade de Di-
reito da Universidade de
São Paulo, escolhido pelo
governador Orestes Quér-
cia para assessorar tecni-
camente a bancada do
PMDB na Constituinte,
pondera que um conceito,
mais restritivo de empresa
nacional não necessaria-
mente produzirá efeitos tri-
butários em outros países.
Nada impede que a legisla-
ção tributária brasileira
estabeleça regras espe-
ciais para as empresas ins-
taladas no Brasil, afirma.

"A anistia, na forma

como está no projeto,
não tem cabimento,,
por Andrew Greenlees
de Brasilia

A Assembléia Nacional
Constituinte foi o tema cen-
tral da ordem do dia assi-
nada na sexta-feira pelo
ministro-chefe do Estado-
Maior das Forças Armadas
(EMFA), general Paulo
Campos Paiva. O texto foi
lido durante a cerimônia do
41- aniversário do órgão,
instituído, aliás, quando o
País vivia a Constituinte de
1946.

"Eis que nos aflige, so-
bremodo, a possibilidade
de que venham a ser consa-
grados na futura Constitui-
ção determinados manda-
mentos que possam abalar
os alicerces de algumas de
nossas mais caras e ex-
pressivas instituições, en-
tre as quais incluímos as
Forças Armadas", diz a or-
dem do dia, lida para uma
platéia da qual faziam par-
te o presidente José Sarney
e os ministros militares.

Após a cerimônia, o mi-
nistro de Exército, general
Leônidas Pires Gonçalves,
foi mais específico: "A
anistia, na forma como es-
tá no anteprojeto, não tem
cabimento", disparou,
referindo-se ao artigo 475,
que prevê a reintegração —
inclusive com direito aos
vencimentos e promoções
do período — de todos os
militares punidos por deci-
são governamental desde
1946.

"Já demos a anistia que
tínhamos que dar", acres-
centou o ministro, que se ir-
ritou quando um jornalista
perguntou o que acontece-
rá caso a Constituinte con-
firme o atual texto. "A per-
gunta é maliciosa e procu-
ra fazer intriga", retrucou
o ministro. "A Marinha
calculou que esta anistia
custaria CZf 10 bilhões a
ela, dois terços do orça-
mento da Arma. O Brasil
não suportaria isto", acres-
centou o ministro do Exér-
cito.

O general Leônidas Pires
Gonçalves disse também
que o alto comando das
Forças Armadas: reunido

Leônidas Pires

Gonçalves

pela manhã, analisou "di-
versos assuntos da conjun-
tura nacional" e citou a
própria anistia, a conven-

S

ão do PMDB e o sistema
e governo como exem-
plos. Evitando fornecer de-
talhes da reunião, o minis-
tro afirmou, no entanto,
que as Forças Armadas

B

referem o "presidencia-
smo mitigado''.
A ordem do dia do
ministro-chefe do EMFA
encarregou-se de emitir ou-
tros sinais sobre a posição
dos líderes militares diante
da Constituinte. "A ade-
quada opção brasileira de
alicerçar sua estrutura mi-
litar em forças singulares
individualizadas e em mi-
nistérios independentes
tem-se mostrado cada vez
mais acertada." O alvo
deste trecho: a tese de ins-

tituição do ministério da
defesa, congregando os mi-
nistérios do Exército, Ma-
rinha e Aeronáutica, além
do próprio EMFA.
''Estamos confiantes, to-
davia, que o bom senso há
de predominar e o povo
brasileiro será brindado
com uma Constituição que,
atenta á realidade do País,
mas pairando acima das
paixões do momento, este-
ja voltada para a satisfa-
ção dos interesses nacio-
nais", diz ainda a ordem do
dia.

A polêmica sobre o
ensino religioso
A emenda que visa asse-
gurar a educação religiosa
no ensino de 1? e 2? graus,
"como elemento integrante
da oferta curricular, res-
peitando a pluralidade cul-
tural e a liberdade religio-
sa", foi aceita quanto à for-
ma, pela Comissão de Sis-
tematização, acolhendo pa-
recer favorável do relator
Bernardo Cabral (PMDB-
AM), para quem ela atende
"ás exigências regimentais
para a sua regular tramita-
ção".
A emenda, subscrita por
66.637 eleitores, foi apre-
sentada pela Associação
Interna Confessional de
Educação, de Curitiba,
Conselho de Igrejas para
Educação Religiosa e Insti-
tuto Regional de Pastoral
de Mato Grosso. As exigên-
cias regimentais dizem
respeito ao patrocínio de
três entidades e à assinatu-
ra de, no mínimo, 30 mil
eleitores. No parecer, o re-
lator ressalvou que se re-
serva para a apreciação do
mérito da emenda na oca-
sião própria.
Trata-se da primeira
emenda popular acolhida

S

ela Comissão de Sistema-
zação e que, daqui para
frente, terá tramitação
normal, junto ás emendas
dos constituintes.
A maior defensora da
emenda, deputada Sandra
Cavalcanti, acha que ela
vem sanar uma falha do
projeto constitucional, em
relação ao ensino religioso.
Cita, a propósito, o artigo
376: "A Lei fixará conteúdo
mínimo para o ensino fun-
damental que assegure a
formação comum e o res-
peito aos valores culturais
e artísticos e suas especifi-
cidades regionais".
Seu parágrafo único: "O
ensino religioso, sem dis-
tinção de credo, constituirá
disciplina facultativa".
Com isso, segundo ela, fo-

ram omitidos os valores re-

ligiosos e éticos. Daí, se-
gundo disse, a necessidade
de se assegurar, no texto
constitucional, a educação
religiosa no ensino públicp
de 1- e 2? graus — sem ônus
para o Estado, uma vez que
as religiões é que fornece-
riam os professores. A
matricula seria facultati-
va.

Para a representante flu-
minense, as escolas parti-
culares já têm esse ensino.
Mas, como nem todos os
pais podem pagar escolas
particulares para seus fi-
lhos, o Estado deve assegu-
rar esta liberdade de edu-
cação religiosa nas escolas
públicas.
A respeito, contou, que
na década de 50, ela mes-
ma lecionou religião no Ins-
tituto de Educação, no Rio,
onde também havia profes-
sores evangélicos e israeli-
tas, numa ação ecumênica
— muito antes do ecume-
nismo ser pregado pelo Pa-
pa João XXIII.
O deputado Arthur da Tá-
vola (PMDB-RJ) sustentou

2

ue, na prática, a plurali-
ade religiosa desaparece-
ria, já que poucas religiões
teriam condições de man-
ter, por sua própria conta,
professores para este ensi-
no específico nas escolas.
O deputado Roberto Frei-
re, líder do PCB na Consti-
tuinte, posicionou-se contra
o mérito da emenda, por
entender que ela favorece-
ria apenas "as religiões he-
gemônicas", e afirmou que
não se poderia transfor-
mar isso numa questão
ideológica, já que se trata
apenas de uma questão li-
bertária".
Participaram também
dos debates os deputados
José Genofno (PT), Harol-
do Lima, líder do PC de B,
Nilson Gibson (PMDB) e
Francisco Benjamim
(PFL).